

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Como o PCP já denunciou por diversas vezes, a CP Carga só apresenta um resultado líquido negativo (quando apresenta, pois em 2014 este até foi positivo por razões conjunturais relacionados com a «venda» dos terminais de mercadorias), por duas razões principais:

- Porque os ganhos de competitividade, ambientais, energéticos e na preservação da rodovia não transparecem no balanço;
- Porque na criação da CP Carga o Governo optou por não transferir as locomotivas para os seus ativos, impondo-lhe que alugasse estas locomotivas à CP por um valor que atingiu os 18,7 milhões em 2014.

O Governo admite agora passar essas máquinas para a CP Carga, gerando «poupanças de 14,3 milhões». É uma atitude típica deste Governo: a medida que recusou à empresa pública é prometida à empresa privatizada. Assim se demonstra que os saldos negativos nas empresas públicas são provocados intencionalmente, e que as medidas de apoio às empresas passam a ser possíveis assim que se passa a falar de apoiar a mesma empresa privatizada. E aquilo que o público perde e ganha um qualquer privado passa a chamar-se «poupança».

Com efeito, sempre que a exploração é privada o Estado assume o custo com o material circulante: no Metro do Porto é a empresa pública que paga o material circulante que o subconcessionário privado explora gratuitamente; no Metro de Lisboa, no Caderno de Encargos para a sua subconcessão, mantém igualmente os custos com o material circulante na empresa pública dando ao subconcessionário privado a utilização gratuita de todo o material circulante. Só mesmo a CP, que é pública, e a CP Carga, enquanto for pública, assumem os custos com o material circulante que utilizam.

Por outro lado, chegam-nos igualmente preocupações para com esta privatização vindos de muitos dos clientes da CP Carga (como o governo seguramente conhece), naturalmente preocupados com a perspectiva de degradação da qualidade, da oferta e com um mais que previsível aumento de preços.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia:

1. Reconhece o Governo que o PCP tinha razão quando apontava que a opção de não inclusão do material de tração nos ativos da CP Carga se destinava a criar uma situação artificialmente negativa nas contas da CP Carga?
2. Face a este reconhecimento, que na prática comprova o quão artificial era o dramatismo privatização/liquidação, e ao facto de crescerem as justas preocupações com esta privatização, vai o Governo interromper de imediato o processo de privatização?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 2 de Julho de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)